



GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UMA PRÁTICA FORMATIVA DIALÉTICA

Emerson Nunes de Almeida
Francisco Cristimar Bessa Simão

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN - nunespedagogo@yahoo.com.br
Universidade Estácio de Sá – UNESA – cristimar.bessa@gmail.com

RESUMO: O tema gênero e sexualidade é objeto gerador de polêmicas em nossa cultura educacional. O contexto atual expressa abertamente a necessidade da inclusão da discussão da sexualidade na instituição escola, de modo que esta seja abordada de forma esclarecedora para que possa diminuir os conflitos existentes em nossa sociedade. Para tanto, necessitamos de profissionais capacitados para atuarem nesse campo tão complexo e cheio de questionamentos. O presente trabalho surge de uma significativa inquietação, enquanto educadores, e da necessidade de conhecer mais profundamente a temática da orientação sexual proposta nos documentos oficiais: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as questões de gênero na escola, com o intuito de entender qual o pensamento, o conhecimento e a postura dos professores do ensino fundamental II diante da temática de gênero, sexualidade e educação. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa de abordagem empírica. Utilizou-se, Como instrumento de coleta de dados, a observação e um questionário com questões abertas, que foi respondido pelos professores do Ensino Fundamental II de uma escola municipal da cidade de Parnamirim - RN. Com base nas respostas dos professores às questões propostas e nas observações realizadas, pôde-se evidenciar o distanciamento entre a teoria e a prática, pois as respostas dadas pelos professores são marcadas por contradições entre o que pensam, dizem, e o que fazem na prática escolar. Outro aspecto relevante é a resistência por parte dos professores para responderem ao questionário, alegando não possuírem formação específica para trabalhar as questões de gênero e sexualidade com seus alunos. O trabalho está embasado nos estudos desenvolvidos por Vidal (2008), Louro (2010), Santos (2010), dentre outros pesquisadores. A pesquisa demonstrou que ainda existem muitos tabus e preconceitos a serem quebrados para que seja possível que a escola contribua para formação de sujeitos livres de preconceitos e adeptos a viverem numa sociedade diversificada.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Preconceito, Educação Sexual.

INTRODUÇÃO

Na sociedade em que vivemos as questões referentes à sexualidade e gênero tornam-se cada vez mais abertas e passíveis de serem abordadas com juízos de valores e crenças tradicionalmente estabelecidas pela cultura social de um povo.

Hoje, crianças, adolescentes e jovens estão à mercê de informações soltas na mídia

e nas ruas, sem qualquer esclarecimento. Em decorrência deste fenômeno, sofrem com a falta de informações coerentes que lhes forneçam uma visão clara e consciente sobre o que realmente é mito ou verdade, preconceito ou ideologia; pois essas crianças, jovens e adolescentes estão cada vez mais sofrendo a influência midiática, nos mais diversos meios de comunicação de massa.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A falta de preparo e formação adequados por parte dos pais e professores pode gerar consequências negativas na vida futura dessas crianças e jovens. Por isso, é de suma importância que o tema gênero e sexualidade seja trabalhado no ambiente escolar. Para tanto, é necessário que haja uma parceria entre escola e família, em que a escola irá ampliar o conhecimento já adquirido no âmbito familiar; pois cabe à família de fato o papel de informar e gerar comportamentos de respeito e valores; e a escola deverá dar continuidade a esse processo, evitando a formação de estereótipos e contribuindo para erradicar a formação de preconceitos sejam esses de ordem de gênero, classe social, etnia/raça ou religião. Desta maneira, os jovens estarão sendo preparados para viver em sociedade, superando conflitos e tornando-se conscientes para enfrentarem as várias etapas da vida social.

Diante de tais situações, levantamos os seguintes questionamentos: Qual a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a orientação sexual e as relações de gênero? Por que trabalhar essas temáticas na escola? O que fazem e o pensam os professores a respeito das relações gênero e sexualidade no âmbito escolar?

Levando em consideração estas questões problematizadoras, o presente

estudo, é uma pesquisa de abordagem qualitativa, que discutiu a temática gênero e sexualidade buscando analisar a proposta dos PCNs no que se refere à orientação sexual na escola; e conhecer a visão dos professores sobre o tema gênero e sexualidade no contexto escolar.

Nesta contextualização, o trabalho buscou discutir as relações de gênero e o processo de dominação hierárquica consolidado por uma cultura machista e excludente, bem como a influência da escola na formação dos sujeitos. Tais reflexões nortearam este estudo e resultaram na necessidade de ampliar o conhecimento e de investigar qual a postura dos professores do Ensino Fundamental II para atuarem frente a essas questões. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de base teórica no intuito de aprofundar nossos conhecimentos em relação à temática e, posteriormente, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados uma observação das aulas e a aplicação de um questionário contendo questões abertas, aplicado as professoras do Ensino Fundamental II de uma escola pública localizada na cidade de Parnamirim – RN.

A pesquisa nos direciona para a evidência da importância do papel do professor na educação sexual dos alunos, cabendo a ele, desmistificar conceitos e



desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educadora sobre a temática em questão.

1 - A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: PERCURSO HISTÓRICO

A sociedade moderna em que vivemos continua a receber reflexos das mudanças ocorridas desde o movimento feminista. Assim, esta sociedade é levada a compreender a sexualidade e as relações de gênero numa perspectiva sociocultural e política, constituindo-se de maneira gradual no percurso de toda a vida do ser humano.

Traçaremos neste momento um percurso histórico sobre a educação sexual no Brasil. Para que possamos compreender a negligência sobre a temática nos cursos de formação de professor, é necessário entender, antes, a história de tabus e preconceitos que circulam em torno deste tema.

1.1 - Gênero e sexualidade

O contexto atual expressa abertamente a compreensão do processo histórico acerca da construção do conceito de gênero, evidenciando que não é o momento do nascimento que define o ser sendo “macho ou fêmea”. Não sendo, portanto, este o fator decisivo do ser humano como homem ou mulher, mas sim um conjunto de processos que se constituem no âmbito cultural e social, ocasionando um processo contínuo de transformações, ou seja, a

construção do gênero e da sexualidade ocorre ao longo de toda vida.

A construção dos gêneros e das sexualidades ocorre por meio de aprendizagens e práticas sociais e é decorrente de situações empreendidas de modo implícito ou explícito nas diversas instâncias sociais e culturais. É um processo inesgotável, inacabado. Instituições como a família, a escola, a Igreja e o Estado são importantes referências nesse processo constitutivo, ou seja, suas orientações e ensinamentos parecem ser absolutos, livres de questionamentos, aceitos como regras prontas a serem seguidas.

Essas instâncias da sociedade – família, escola, igreja e estado – contribuíram e contribuem para a reprodução da hierarquia de gêneros. O que nos leva a refletir sobre as transformações nas relações de gênero e quais os possíveis fatores que influenciaram tais mudanças.

Essas transformações fazem parte de uma cultura na qual estamos inseridos, proveniente da diversidade econômica, social, política e religiosa, em que surgem, incessantemente, mudanças práticas e conceituais que, muitas vezes, perturbam os setores que haviam por muito tempo perpetuado sua hegemonia. Tais mudanças em nossa história e na nossa cultura têm sido cada vez mais visíveis, contemplando novas



formas e verdades, desestabilizando antigas e absolutas certezas, tais como formas de nascer, de viver e reproduzir.

Desta forma, constroem-se e desconstroem-se formas de aceitação perante o “diferente”, considerando essas diferenças como oposição aquilo que é chamado de normalidade, sendo considerado normal o sujeito que integra o grupo que compõe os paradigmas estabelecidos pelo grupo dominante: os heterossexuais. Expressando desta maneira, o uso da força nas relações de poder. Não o da força brutal, mas sim da força de poder utilizada para persuadir os sujeitos e neutralizar suas relações de poder e soberania.

1.2 - Gênero e Sexualidade nos PCNs

Desde a década de 1930, as entidades já lutavam pelo direito de promover a educação sexual do povo brasileiro, “relegada ao abandono e tida como tarefa imoral, devido ao falso conceito em que é tida a função sexual” (VIDAL, 2008, p.24).

A igreja católica era totalmente contra a educação sexual nas instituições escolares, alegando a quebra de equilíbrio entre o corpo e o espírito e precipitando a iniciação das crianças e jovens no sexo e no vício. Como afirma Vidal (2008 p.26), “[...] a igreja afirmava que deveria caber aos pais a formação sexual da criança. O pai educaria o

menino e a mãe a menina, podendo contar com o auxílio do sacerdote confessor”.

Na década de 1960, as práticas sexuais e de gênero motivaram calorosos debates e reais transformações, que se intensificaram com tentativas de implantação da educação sexual nas escolas. Transformações sociais que de fato construíram novas formas de relacionamento e estilos de vida, e que ainda hoje não cessam de produzir profundas e perturbadoras formas de viver a sexualidade (BRASIL, 1997).

A década de 1970 foi um período relativamente favorável à implantação da educação sexual no Brasil. Nessa época, foram realizadas muitas experiências que favoreceram o debate em relação à educação sexual. Além disso, os movimentos sociais da época e os meios de comunicação se propagaram.

Na década de 1980, aumentou significativamente a demanda por trabalhos na área da sexualidade, devido ao alto índice de gravidez na adolescência e o aparecimento do vírus da AIDS.

No ano de 1995, o Ministério de Educação e Cultura coordenou a elaboração dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), que foram apreciados pelo Conselho Nacional de Educação. O então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, dirigiu-se aos professores



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ênfatizando que o objetivo do documento seria auxiliar o docente no exercício do seu trabalho; reconhecendo que só se exerce a cidadania plena o sujeito que tem acesso aos recursos culturais, sejam eles de sabedoria escolar, como os de questões relevantes ao meio ambiente, saúde, sexualidade e questões éticas, relativas à igualdade de direitos e solidariedade humana (LOURO; GOELLNER, 2010, p.66).

Evidenciamos a importância de a escola abordar temas relevantes relacionados ao contexto social atual, e as expectativas de formar cidadãos brasileiros para atuarem de forma crítica no terceiro milênio. Nessa perspectiva, surge a necessidade de abordar o tema da sexualidade em nossos currículos escolares. Pois, além de ser uma exigência governamental, estamos diante de uma realidade em que crianças e adolescentes apelam pelo esclarecimento de dúvidas relacionadas à sexualidade. Sendo que a mídia insiste em veicular e os pais e familiares tentam omitir.

Desta maneira, entendemos que o tema da sexualidade sempre foi objeto gerador de polêmica em nossa tradição educacional, e que o contexto atual expressa abertamente a necessidade da inclusão da orientação sexual na escola, de modo que esta seja abordada de forma clara e consciente. Para tanto, necessitamos de profissionais

capacitados para atuarem nesse campo tão complexo e cheio de questionamentos. O tema orientação sexual não deve ser trabalhado como disciplina, mas como conteúdo escolar, sob forma de tema transversal.

Os estudos sobre sexualidade aumentaram consideravelmente no século XIX, fato esse proveniente da perspectiva de descoberta e eliminação de repressões sociais e religiosas (DANTAS; MEIRELES, 2009, p.90). Portanto, é de significativa importância que conheçamos como se processam e vivenciam as questões referentes à construção de identidades sexuais dos indivíduos sejam eles heterossexuais, bissexuais ou homossexuais, e suas implicações na nossa sociedade. Por conseguinte, a escola deve permitir e facilitar os debates acerca de tais temas, que ainda geram muitos conflitos e tabus. Os quais devem ser desmistificados e analisados a luz de um novo olhar, em que sejam aceitas as diferenças; seja elas de ordem étnica/racial, religiosa e também sexual, tornando-se possível a convivência entre pessoas de diversas culturas, rompendo com os modelos produzidos por uma sociedade normativa, que reconhece apenas o seu modelo homogêneo, que desconsidera a diversidade.



1.3 - Relações de gênero na perspectiva dos (as) professores (as) do Ensino Fundamental II

Os temas transversais abordados nos PCNs (2001) estabelecem que devem ser trabalhadas no ambiente escolar as questões referentes às relações de gênero, objetivando contribuir para formação integral do(a) aluno(a), pois a sociedade contemporânea desperta para novos desafios emergenciais; sendo, desta maneira, necessária uma reelaboração do fazer pedagógico, que desperte para a cidadania, a democracia, a solidariedade e a compreensão do ser humano integral.

Nesse sentido, buscamos uma educação que esteja associada não apenas aos conteúdos escolares, mas, sobretudo, ligada às questões socioeconômicas, políticas e afetivas, baseada nos princípios da formação integral do ser humano. A escola do século XXI deve repensar seu papel e a concepção de ser humano, de tal maneira que este seja visto como sujeito capaz de avaliar seu comportamento e transformar sua realidade, adentrando no mundo do conhecimento tecnológico, científico e cultural. Portanto, as práticas educativas devem ser repensadas de acordo com a sociedade contemporânea e suas necessidades.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001), a escola deve

ter uma visão ampliada das experiências vividas pelos educandos (as), tornando-se ponte para combater às relações autoritárias e questionar as formas de dominação hierárquicas existentes entre homens e mulheres; ou seja, a escola deve desenvolver uma ação educativa que leve os alunos(as) a refletirem sobre questões de gênero.

Cabe à escola desmistificar o conceito até então formado sobre gênero, onde se baseia apenas na natureza biológica, diferenciação de sexo (macho/fêmea, homem/mulher).

O conceito de gênero contempla uma vasta gama de significados, partindo da ideia de que o gênero não está apenas condicionado aos aspectos físicos e biológicos do ser humano, mas na amplitude de papéis que é designado ao homem e à mulher na sociedade contemporânea, pois é através das relações sociais estabelecidas que podemos perceber a distribuição das desigualdades referentes ao poder e autoritarismo reproduzidos na sociedade e tidos como normas preestabelecidas que devem ser aceitas e cumpridas pela população feminina, tida como inferior à classe masculina, que impõe-se como verdadeiros donos do poder- saber.

Atualmente, pensar em gênero implica fazer relação do social com papéis assumidos por homens e mulheres, mas ainda



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

é um desafio a ser vencido por uma sociedade extremamente machista

.De acordo com Santos e Santiago (2010), os (as) entrevistados (as) fazem alusão ao conceito de gênero, mesmo sem ter noção que faziam referência a esse conceito, pois, referiam-se aos papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade vigente. Assim, evidenciamos que o conceito de gênero é um processo contínuo.

[...] Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também se transformando na articulação com histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe (LOURO, 1997, p.28).

Como vemos, cabe à escola abordar as questões de gênero que são de grande importância na formação integral dos (as) educandos (as), pois os avanços e transformações de costumes e valores, ainda persistem nas discriminações relacionadas ao gênero. Logo, percebe-se através das palavras dos (as) entrevistados (as) que essa temática não tem muita importância para eles (as), e uma das professoras ainda relatou explicitamente que não tem abordado essa temática de maneira planejada, tampouco espontânea. Nas demais falas, eles (as) afirmam que, quando surgem questionamentos, o assunto é tratado de

forma espontânea, mas que não há espaço disponível dentro das disciplinas específicas para trabalhar tal temática. Mas se surge, através de uma brincadeira, música ou até mesmo de uma conversa paralela, questões da temática que sejam relevantes, logo essa é discutida e refletida no intuito de esclarecer dúvidas e contextualizar a discussão relacionada ao gênero.

Diante do conteúdo explícito pelos (as) professores (as) entrevistados (as), surge a necessidade crescente de se abordar nos cursos de formação docente o contexto das relações de gênero de forma mais aprofundada, para que o (a) professor (a) possa atuar diante dessas questões de maneira que rompa com o preconceito e com os tabus e estereótipos formados na nossa sociedade, possibilitando aos alunos (as) viverem numa sociedade heterogênea.

Levando em consideração tais afirmativas feitas pelos (as) entrevistados (as), evidenciou-se que a raiz de tais problemas encontra-se no despreparo dos professores, na precariedade do currículo escolar e na falta de capacitação do (a) docente para abordar a temática das relações de gênero. Certo é que não podemos justificar e nem nos ausentar das nossas responsabilidades como educadores (as), pois se não temos a capacitação apropriada, nem uma Matriz curricular que contemple tais



questionamentos, devemos buscá-los em outras instâncias que nos permitam ter conhecimento e capacidade de abordá-los de maneira coerente e eficiente, preparando-nos para auxiliar nossos (as) alunos (as) a conviverem com a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as discussões teóricas abordadas ao longo desse artigo e do resultado da coleta de dados feita durante a pesquisa, torna-se evidente a necessidade da busca por um olhar indagador sobre a temática da sexualidade e do gênero na educação.

Com a realização deste trabalho investigativa, intencionamos confrontar a prática das professoras participantes da pesquisa com as teorias abordadas nesse estudo. Com base na coleta de dados ficou evidente a falta de preparo dos docentes para lidarem com as questões relacionadas à sexualidade, pois nas respostas dadas ao questionário proposto, manifestaram-se de

maneira contraditória entre o que pensam, falam e fazem no cotidiano escolar.

Nesse sentido, sentimos a necessidade emergente da inclusão de discussões acerca da sexualidade e também das questões relacionadas ao gênero no âmbito escolar. Necessitamos romper com paradigmas internalizados e naturalizados em nossa mente e na nossa sociedade, desconstruindo conceitos arraigados em nosso interior. No entanto, para que tais conceitos sejam realmente desconstruídos, precisamos romper primeiramente com as barreiras do nosso preconceito interior, desmistificando os conceitos de sexualidade e gênero, que nos remete à idéia de sexualidade como sendo uma forma representativa da virilidade, prazer e reprodução, passando a abranger, agora, o comportamento humano como um todo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, Sexualidade e Currículo. In: SILVA, Tomas Tadeu da (trad.). **Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2001.

CARVALHO, Maria Eulalia Pessoa de. Gênero, educação e ciência. In: **Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: ADUEPB, 2010.

DANTAS, Natasha Farias e MEIRELES, Ana Karina Soares. Sexualidade infantil: expressão do pensamento e do sentimento. In: SOUZA, Glória Maria Leitão de; BRANDÃO, Soraya Maria Barros de Almeida, MOTA, Marinalva da Silva. **Ser criança: repensando o lugar da criança na educação infantil**. Campina Grande: EDUEPB, 2009.

JÚNIOR, Muniz de Albuquerque. Máquina de fazer machos: Gênero e práticas Culturais. Desafio para o encontro das diferenças. In: **Gêneros e práticas culturais: desafios e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. O corpo educação. In: SILVA, Tomas Tadeu da (trad.). **Pedagogias da sexualidade**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SANTOS, Ellis Regina Ferreira dos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. Relações de gênero na perspectiva dos(as) professores(as) do ensino fundamental. In: **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina grande: ADUEPB, 2010.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J.G. (org.). **Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Sumus, 1997.

VIDAL, Diana Gonçalves. A educação sexual. In: **Revista Educação**. São Paulo: Segmento, 2.